



# AS CIDADES E OS **DESAFIOS** DE IMPLEMENTAÇÃO DAS METAS DOS

# OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL





Entidade municipalista nacional, fundada em 1989, que reúne **todas as capitais e os municípios com mais de 80 mil habitantes**. É a única instituição dirigida exclusivamente por prefeitas e prefeitos em exercício, com a missão de **defender a autonomia municipal** e fortalecer a participação dos municípios no pacto federativo.

#### DIRETORIA EXECUTIVA:

PRESIDENTE

**Eduardo Paes**

Prefeito do Rio de Janeiro/RJ

VICE-PRESIDENTE DE ODS

**Ildo Gusmão**

Prefeito de Francisco Morato/SP

#### EQUIPE FNP:

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

**Gilberto Perre**

COORDENADORA DE ASSUNTOS JURÍDICOS  
E LEGISLATIVOS DA FNP

**Ingrid Freitas**

COORDENADOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
E PROJETOS

**Daniel Miranda**

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO  
**Nara Franco**

ASSESSOR TÉCNICO

**Mário Lopes**

ASSESSORA TÉCNICA

**Júlia Mello**

ASSESSORA TÉCNICA

**Maria Velloso**

CONSULTORA

**Thais Scharfenberg**

DESIGNER

**Nathanael Ferreira**

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

**Gabriel Magalhães**





# SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>4</b>
<b>2. WORKSHOP EM FOCO</b> .....	<b>7</b>
<b>3. DINÂMICA DE TRABALHO EM GRUPOS TEMÁTICOS</b> .....	<b>10</b>
<b>4. EIXOS TEMÁTICOS</b> .....	<b>12</b>
<b>5. MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS</b> .....	<b>20</b>
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>23</b>



# 1.

## INTRODUÇÃO



# INTRODUÇÃO



**2º ENCONTRO  
DE CIDADES**  
EM DIREÇÃO À AGENDA 2030

O workshop **“As cidades e os desafios de implementação das metas dos ODS”** ocorreu no âmbito do **2º Encontro de Cidades: em direção à Agenda 2030**, evento realizado pela Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) e pelo Fórum Unicidades, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, por meio do Escritório de Planejamento da Cidade, e com o apoio institucional do Programa Cidades Sustentáveis, do Instituto Cidades Sustentáveis, da Casa Civil e da Subsecretaria de Planejamento e Acompanhamento de Resultados (SUBPAR) do município.

Inserido no contexto do chamado **“meio do caminho” rumo a 2030**, o workshop foi concebido como um espaço estratégico de aprofundamento técnico e político, voltado à reflexão prática sobre os obstáculos e as oportunidades enfrentados pelos municípios brasileiros na incorporação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aos seus processos de planejamento e gestão.

A atividade buscou estimular uma análise crítica sobre o estágio atual de implementação dos ODS nos territórios, considerando fatores estruturantes como as desigualdades regionais, as restrições fiscais, os impactos das mudanças climáticas e a necessidade de políticas públicas integradas, intersetoriais e orientadas por evidências.



Dessa forma, o workshop consolidou-se como um dos momentos centrais do Encontro, reafirmando o papel das cidades como protagonistas da Agenda 2030 e evidenciando a importância de processos participativos e colaborativos na construção de políticas urbanas mais justas, sustentáveis e resilientes.

O material apresentado nesta cartilha é resultado das atividades desenvolvidas no workshop, no âmbito do **“Programa de fortalecimento da sociedade civil e dos governos locais para a promoção de cidades justas, igualitárias, democráticas e sustentáveis no Brasil, a partir da implementação dos ODS”**. O programa é executado pela FNP em parceria com o Instituto Cidades Sustentáveis (ICS) e cofinanciado pela União Europeia.

O encontro buscou criar um ambiente propício para que gestoras, gestores e equipes técnicas pudessem dialogar sobre seus desafios cotidianos e compartilhar experiências e práticas inovadoras adotadas em diferentes realidades brasileiras.





Para estimular a reflexão coletiva e o intercâmbio de soluções, o workshop foi estruturado a partir de eixos temáticos que refletem as principais dimensões da agenda urbana contemporânea:



### **Justiça climática e meio ambiente**

Abordar as desigualdades territoriais, vulnerabilidades climáticas e estratégias de adaptação e mitigação.



### **Governança e cooperação intersectorial**

Destacar a necessidade de coordenação entre secretarias, entes federados e atores da sociedade.



### **Educação, saúde e bem-estar**

Enfatizar os serviços essenciais e políticas públicas



### **Financiamento e recursos**

Analisar as limitações orçamentárias, mecanismos de captação e alternativas de financiamento sustentável.



### **Inovação e tecnologia**

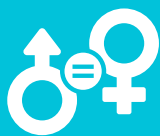
Explorar ferramentas digitais, dados abertos e soluções inteligentes para gestão urbana.



### **Planejamento urbano e infraestrutura**

Discutir mobilidade, habitação, saneamento e ordenamento

De forma transversal, todos os eixos incorporaram reflexões sobre vulnerabilidade, desigualdade e inclusão social, reconhecendo que nenhuma agenda urbana se sustenta sem enfrentar os marcadores estruturais que ampliam riscos e reduzem oportunidades nas cidades.



# 2.

## WORKSHOP EM FOCO

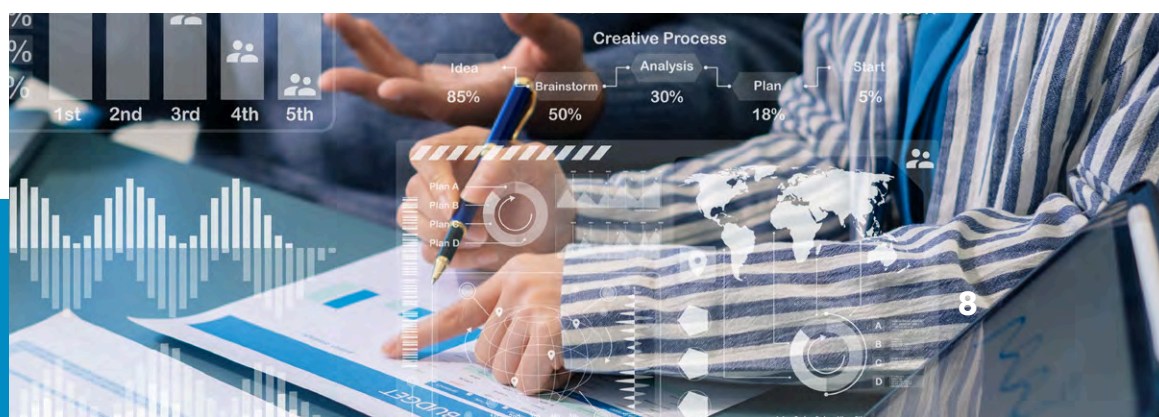


# OBJETIVO

O workshop foi concebido como uma atividade participativa voltada à construção coletiva de diagnósticos, desafios e soluções para fortalecer a implementação da Agenda 2030 no nível municipal, e promover reflexão e troca de experiências entre gestores públicos, **analisando as principais barreiras estruturais que travam o avanço dos ODS nas cidades brasileiras e identificando caminhos inovadores, integrados e colaborativos.**

# METODOLOGIA

A metodologia adotada foi estruturada em cinco etapas: **contextualização inicial, explicação da metodologia, debate em mesas temáticas, apresentação das sínteses e consolidação coletiva**, permitindo que diferentes perspectivas fossem interligadas de forma estruturada, valorizando a construção coletiva do conhecimento e a diversidade de experiências dos participantes.



# EIXOS TEMÁTICOS

Para a realização dos trabalhos em grupo, os participantes foram divididos em seis (6) grupos temáticos. Cada grupo um representando um eixo específico, de modo que as perguntas norteadoras de cada tema pudessem ser debatidas sob diferentes perspectivas analíticas. As perguntas e os eixos temáticos foram assim definidas:



## **Eixo 1: Justiça Climática e Meio Ambiente**

Pergunta: Quais ações institucionais ainda impedem que os ODS se tornem parte da rotina de decisão das cidades?



## **Eixo 2: Governança e Cooperação Intersectorial**

Pergunta: Como transformar o discurso dos ODS em linguagem simples e fácil de aplicar na gestão pública?



## **Eixo 3: Educação, Saúde e Bem-estar**

Pergunta: O que significa “não deixar ninguém para trás” em cidades com graves desigualdades territoriais?



## **Eixo 4: Financiamento e Recursos**

Pergunta: De que forma o subfinanciamento impacta a capacidade dos municípios de se planejar e implementar políticas de longo prazo?



## **Eixo 5: Inovação e Tecnologia**

Pergunta: Quais alianças entre setores (público, privado, sociedade civil, academia) são mais urgentes para acelerar as metas locais dos ODS?



## **Eixo 6: Planejamento Urbano e**

Pergunta: Quais indicadores realmente refletem a transformação socioeconômica das cidades, além dos dados econômicos tradicionais?

Os eixos temáticos foram definidos de forma a estruturar a leitura dos grupos e, as perguntas guiaram para a identificação de desafios, causas estruturais, consequências locais, ODS relacionados, propostas de solução e recursos necessários, permitindo a construção de um mosaico rico e multifacetado de visões sobre a implementação dos ODS.



# 3.

## **DINÂMICA DE TRABALHO EM GRUPOS TEMÁTICOS**



# DINÂMICA DE TRABALHO EM GRUPOS TEMÁTICOS (GTS)

A atividade iniciou com uma contextualização sobre o status global dos ODS, de forma a alinhar a compreensão sobre o papel das cidades e a complexidade dos ODS no mundo atual:

## Status global dos ODS:

A apenas 5 anos de 2030, por volta de 17% das metas estão no caminho certo. Avanços são desiguais e muitos retrocessos se concentram em áreas urbanas vulneráveis.



## O papel das cidades e transversalidade:

As cidades abrigam mais de 55% da população mundial e concentram os maiores desafios e oportunidades para os ODS. Exemplo: O ODS 11 é transversal, conecta desigualdade, moradia, saneamento, mobilidade, clima e governança.



## Complexidade e interdependência:

Os ODS são um "sistema de sistemas". É impossível avançar em um isoladamente. Isso exige cooperação real entre setores: público, privado, academia e sociedade civil.



## Desafio da comunicação e da linguagem:

Ainda há uma "barreira semântica" entre a técnica dos ODS e a prática da gestão municipal. Precisamos traduzir as metas globais em linguagem local, concreta e mensurável, alcançando diferentes atores, principalmente a população



Ao longo de 1h10 de discussão, os grupos analisaram as questões propostas a partir de seus respectivos eixos temáticos, identificando até três desafios-chave e elaborando soluções práticas, inovadoras e de caráter intersetorial voltadas à implementação das metas da Agenda 2030 no contexto das cidades.

Os resultados das discussões foram registrados em fichas de relatoria e posteriormente consolidados em plenária, promovendo o diálogo intersetorial e a identificação de caminhos concretos para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no âmbito municipal. Na etapa de plenária, cada grupo apresentou o desafio e a solução priorizados, que foram sistematizados e fixados no painel de consolidação geral, conforme apresentado a seguir.



# 4.

## EIXOS TEMÁTICOS



# EIXO 1: JUSTIÇA CLIMÁTICA E MEIO AMBIENTE

Quais ações institucionais ainda impedem que os ODS se tornem parte da rotina de decisão das cidades?



## DESAFIO CENTRAL

Fragilidade do controle social das políticas públicas, marcada por baixa participação cidadã, pouca transparência nos processos decisórios e insuficiência de mecanismos que conectem populações vulneráveis às instâncias de planejamento -> Afeta diretamente a implementação dos ODS, impedindo que demandas territoriais, impactos climáticos diferenciados e desigualdades estruturais sejam incorporados de forma contínua e sistemática às políticas municipais.

## SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Criação de uma instância não governamental permanente, dedicada à escuta social, mediação territorial, sistematização de demandas e acompanhamento das políticas públicas relacionadas aos ODS, que atuaria como ponte entre governo e sociedade, garantindo participação qualificada, continuidade entre gestões e fortalecimento da justiça climática em nível local.

## OPORTUNIDADE IDENTIFICADA

Fortalecer diagnósticos territoriais integrados entre saúde, educação e assistência social; criar políticas intersetoriais de cuidado continuado, com ênfase em populações negligenciadas; descentralizar serviços públicos e criar estratégias móveis que alcancem territórios de difícil acesso; ampliar espaços de escuta comunitária e participação ativa na formulação de políticas; desenvolver campanhas educativas e comunicacionais adaptadas a diferentes perfis populacionais.

## CONSENSO

Não deixar ninguém para trás implica em garantir presença permanente do Estado nos territórios mais vulneráveis e adotar políticas orientadas pela equidade.

## BOAS PRÁTICAS

Foram citadas iniciativas voltadas à atenção integral em territórios vulneráveis, incluindo ações locais de saúde, esporte, educação e assistência que atendem crianças, idosos e famílias em situação de risco. Essas experiências reforçaram que políticas adaptadas às realidades territoriais têm maior impacto e favorecem a implementação dos ODS com foco em equidade.



# EIXO 2: GOVERNANÇA E COOPERAÇÃO INTERSETORIAL

Quais ações institucionais ainda impedem que os ODS se tornem parte da rotina de decisão das cidades?



## DESAFIO CENTRAL

A sociedade ainda não se apropria da Agenda 2030 como “sua”, percebendo os ODS como responsabilidade exclusiva do poder público, e não como um compromisso coletivo. O desafio revela a distância entre a linguagem técnica da agenda global e a vida cotidiana das pessoas, dificultando a criação de uma cultura institucional e comunitária que enxergue os ODS como instrumentos transformadores.

## SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Manter capilaridade permanente nos territórios, independentemente de mudanças de gestão, assegurando espaços contínuos de diálogo, devolutivas públicas e participação ativa da sociedade na implementação dos ODS. Isso reforça a necessidade de estruturas estáveis que garantam continuidade administrativa, ampliem a comunicação acessível e aproximem a população do planejamento municipal, de forma a assegurar que as metas da Agenda 2030 sejam transformadas em ações concretas e compreensíveis.

## OPORTUNIDADE IDENTIFICADA

Criar programas permanentes para identificar e capacitar lideranças locais; aprimorar mecanismos de comunicação institucional; mecanismos de transparência ativa; processos de formação continuada sobre os ODS em linguagem simples, capazes de alcançar comunidades e equipes técnicas

## CONSENSO

A intersetorialidade é indispensável para a Agenda 2030, mas ainda pouco institucionalizada; a necessidade de fortalecer a comunicação acessível, criar mecanismos permanentes de participação e implementar políticas que resistam a trocas de gestão.

## BOAS PRÁTICAS

Referências positivas: Fala Curitiba, o Orçamento Participativo do Recife e a plataforma Participa.Rio, porque ilustram como comunicação acessível, participação cidadã contínua e devolutivas públicas fortalecem a governança e ajudam a transformar temas complexos, como os ODS, em ações concretas e compreensíveis pela população.



# EIXO 3: EDUCAÇÃO, SAÚDE E BEM-ESTAR

O que significa “não deixar ninguém para trás” em cidades com graves desigualdades territoriais?



## DESAFIO CENTRAL

Nem todos têm o mesmo ponto de partida. As políticas municipais devem, desde a sua formulação, incorporar critérios de equidade racial e de gênero, ações específicas para infância e envelhecimento, adaptar serviços às periferias urbanas e incorporar a realidade das áreas rurais e remotas.



## SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Direcionamento das políticas públicas considerando gênero, raça, idade e território (urbano e geográfico). As desigualdades estruturais impedem que determinados grupos e territórios acessem direitos de forma equitativa, e que equidade, e não apenas universalização, devem orientar as ações relacionadas aos ODS.



## OPORTUNIDADE IDENTIFICADA

Fortalecer diagnósticos territoriais integrados entre saúde, educação e assistência social; criar políticas intersetoriais de cuidado continuado, com ênfase em populações negligenciadas; descentralizar serviços públicos e criar estratégias móveis que alcancem territórios de difícil acesso; ampliar espaços de escuta comunitária e participação ativa na formulação de políticas; desenvolver campanhas educativas e comunicacionais adaptadas a diferentes perfis populacionais.



## CONSENSO

Não deixar ninguém para trás implica em garantir presença permanente do Estado nos territórios mais vulneráveis e adotar políticas orientadas pela equidade.



## BOAS PRÁTICAS

Foram citadas iniciativas voltadas à atenção integral em territórios vulneráveis, incluindo ações locais de saúde, esporte, educação e assistência que atendem crianças, idosos e famílias em situação de risco. Essas experiências reforçaram que políticas adaptadas às realidades territoriais têm maior impacto e favorecem a implementação dos ODS com foco em equidade.



# EIXO 4: FINANCIAMENTO E RECURSOS

De que forma o subfinanciamento impacta a capacidade dos municípios de se planejar e implementar políticas de longo prazo?



## DESAFIO CENTRAL

Ausência de governança climática, transversalidade e excessiva burocracia na gestão pública. Além da falta de recursos, incapacidade institucional de coordenar políticas de forma integrada, os municípios não conseguem planejar ações conjuntas, priorizar investimentos, acessar financiamentos ou garantir continuidade administrativa.



## SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Fortalecimento de redes e parcerias nacionais. O fortalecimento de redes de cooperação amplia a capacidade institucional dos municípios de superar fragilidades internas e garantir planejamento de longo prazo, permitindo compartilhar conhecimento, desenvolver projetos conjuntos, acessar financiamentos e difundir boas práticas.



## OPORTUNIDADE IDENTIFICADA

Estruturar governança climática dentro das prefeituras, com equipes e processos mínimos de coordenação; padronizar procedimentos administrativos para reduzir entraves burocráticos; criar planos financeiros integrados aos indicadores dos ODS; estabelecer cooperação com bancos de desenvolvimento, organismos técnicos e instituições acadêmicas; investir em formação continuada de equipes técnicas.



## DISSENSOS

Embora municípios enfrentem desafios semelhantes, suas realidades territoriais, capacidades administrativas e vulnerabilidades sociais são profundamente distintas, exigindo modelos de políticas flexíveis e sensíveis aos contextos locais.



## CONSENSO

A transversalidade é indispensável para que políticas de financiamento e planejamento tenham impacto real, e que diferentes secretarias precisem trabalhar integradas.

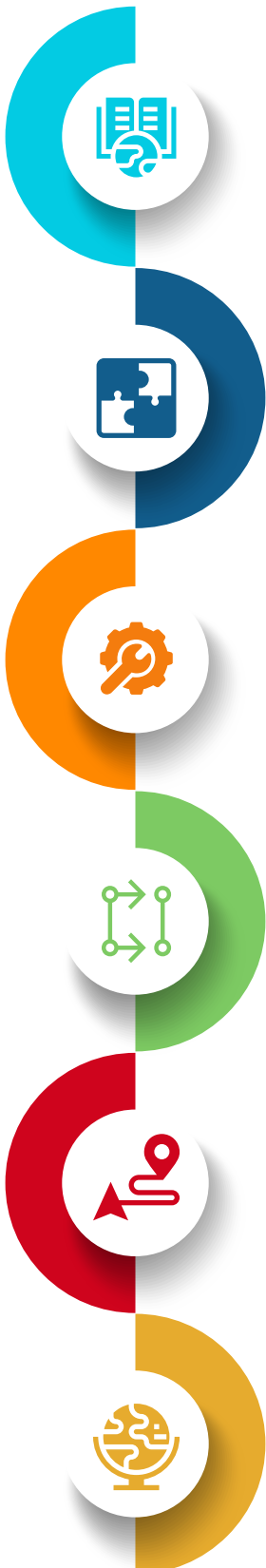


## BOAS PRÁTICAS

Foram citadas iniciativas voltadas à atenção integral em territórios vulneráveis, incluindo ações locais de saúde, esporte, educação e assistência que atendem crianças, idosos e famílias em situação de risco. Essas experiências reforçaram que políticas adaptadas às realidades territoriais têm maior impacto e favorecem a implementação dos ODS com foco em equidade.

# EIXO 5: EIXO: INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

Quais alianças entre setores (público, privado, sociedade civil, academia) são mais urgentes para acelerar as metas locais dos ODS?



## DESAFIO CENTRAL

Incapacidade do poder público de atingir sozinho todas as metas dos ODS. A complexidade das metas exige diálogo, complementaridade entre setores e compartilhamento de capacidades. Nenhum município, independentemente do porte, dispõe de recursos técnicos, financeiros e humanos suficientes para implementar sozinho todas as dimensões da Agenda 2030.

## SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Parceria entre poder público e academia para o desenvolvimento de critérios baseados nos ODS, considerando todos os aspectos legais. A cooperação com a academia, como produtoras de conhecimento, inovação e apoiadoras da gestão pública é essencial para elevar a qualidade das políticas públicas, desenvolver metodologias robustas, com critérios adaptados aos territórios, indicadores mais precisos e soluções seguras do ponto de vista jurídico e técnico, fortalece a capacidade institucional dos municípios.

## OPORTUNIDADE IDENTIFICADA

Ampliar espaços de inovação aberta que conectem governo, pesquisadores, setor privado e comunidades; investir em formação técnica e governança de dados para apoiar decisões baseadas em evidências; promover iniciativas de participação digital para ampliar engajamento e coleta de percepções territoriais; desenvolver projetos piloto em parceria com universidades e laboratórios urbanos.

## DISSENSOS

Como garantir continuidade das parcerias entre gestões; como evitar fragmentação entre setores; e como transformar cooperação em políticas efetivas e duradouras.

## CONSENSO

Alianças multissetoriais são indispensáveis para acelerar os ODS; que a inovação deve ser tratada como estratégia de gestão; que a falta de cooperação reduz a capacidade de formular critérios e indicadores adequados às realidades locais.

## BOAS PRÁTICAS

Referências positivas: Fala Curitiba, o Orçamento Participativo do Recife e a plataforma Participa.Rio, porque ilustram como comunicação acessível, participação cidadã contínua e devolutivas públicas fortalecem a governança e ajudam a transformar temas complexos, como os ODS, em ações concretas e compreensíveis pela população.

# EIXO 6: EIXO: PLANEJAMENTO URBANO E INFRAESTRUTURA

Quais alianças entre setores (público, privado, sociedade civil, academia) são mais urgentes para acelerar as metas locais dos ODS?

## DESAFIO CENTRAL

Incapacidade do poder público de atingir sozinho todas as metas dos ODS. A complexidade das metas exige diálogo, complementaridade entre setores e compartilhamento de capacidades. Nenhum município, independentemente do porte, dispõe de recursos técnicos, financeiros e humanos suficientes para implementar sozinho todas as dimensões da Agenda 2030.

## SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Parceria entre poder público e academia para o desenvolvimento de critérios baseados nos ODS, considerando todos os aspectos legais. A cooperação com a academia, como produtoras de conhecimento, inovação e apoiadoras da gestão pública é essencial para elevar a qualidade das políticas públicas, desenvolver metodologias robustas, com critérios adaptados aos territórios, indicadores mais precisos e soluções seguras do ponto de vista jurídico e técnico, fortalece a capacidade institucional dos municípios.

## OPORTUNIDADE IDENTIFICADA

Ampliar espaços de inovação aberta que conectem governo, pesquisadores, setor privado e comunidades; investir em formação técnica e governança de dados para apoiar decisões baseadas em evidências; promover iniciativas de participação digital para ampliar engajamento e coleta de percepções territoriais; desenvolver projetos piloto em parceria com universidades e laboratórios urbanos.

## DISSENSOS

Como garantir continuidade das parcerias entre gestões; como evitar fragmentação entre setores; e como transformar cooperação em políticas efetivas e duradouras.

## CONSENSO

Alianças multissetoriais são indispensáveis para acelerar os ODS; que a inovação deve ser tratada como estratégia de gestão; que a falta de cooperação reduz a capacidade de formular critérios e indicadores adequados às realidades locais.

## BOAS PRÁTICAS

Referências positivas: Fala Curitiba, o Orçamento Participativo do Recife e a plataforma Participa.Rio, porque ilustram como comunicação acessível, participação cidadã contínua e devolutivas públicas fortalecem a governança e ajudam a transformar temas complexos, como os ODS, em ações concretas e compreensíveis pela população.

# DINÂMICA DE TRABALHO EM GRUPOS TEMÁTICOS (GTS)

A consolidação dos resultados das atividades dos grupos foi realizada em plenário, onde cada grupo apresentou seus desafios e soluções priorizadas, conforme o mosaico a seguir:



## PERGUNTAS

Quais ações institucionais ainda impedem que os ODS se tornem parte da rotina de decisão das cidades?

Como transformar o discurso dos ODS em linguagem simples e fácil de aplicar na gestão pública?

O que significa “não deixar ninguém para trás” em cidades com graves desigualdades territoriais?

De que forma o subfinanciamento impacta a capacidade dos municípios de se planejar e implementar políticas de longo prazo?

Quais alianças entre setores são mais urgentes para acelerar as metas locais dos ODS?

Quais indicadores refletem a transformação socioeconômica das cidades?



## EIXOS TEMÁTICOS

Justiça Climática e Meio Ambiente

Governança e Cooperação Intersetorial

Educação, Saúde e Bem-Estar

Financiamento e Recursos

Inovação e Tecnologia

Planejamento Urbano e Infraestrutura



## DESAFIOS CENTRAIS

Controle social frágil; baixa integração territorial

Linguagem técnica; falta de continuidade e integração

Desigualdades estruturais e territoriais

Subfinanciamento + burocracia + falta de governança

Poder público incapaz de implementar sozinho

Degradação dos sistemas naturais



## OPORTUNIDADES ESTRATÉGICAS

Instâncias permanente de escuta; aprimoramento do Participa.Rio

Capacitar lideranças; comunicação acessível; transparência ativa

Políticas equitativas; diagnósticos integrados; serviços móveis

Redes e consórcios; padronização administrativa; formação técnica

Parceria com academia; inovação aberta; governança de dados

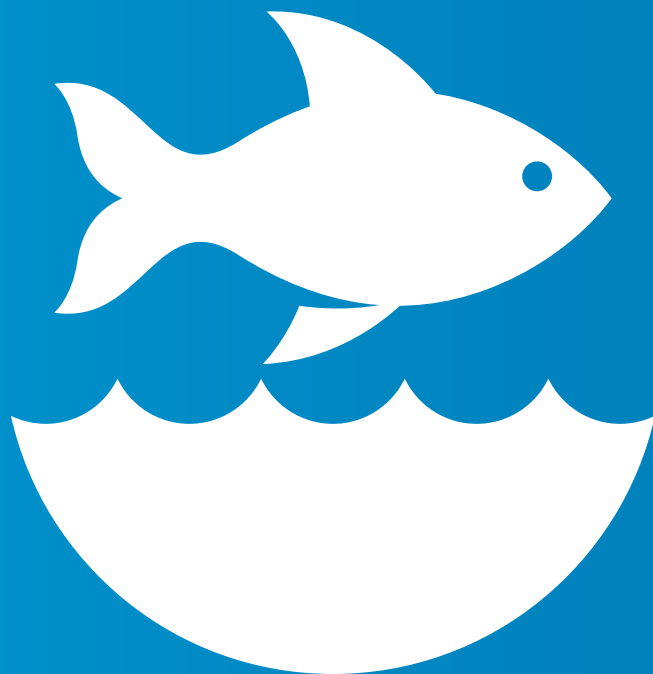
Infraestrutura verde-azul; SBN; monitoramento contínuo

O resultado dos trabalhos e a metodologia adotada buscou garantir engajamento e diversidade de percepções e perspectivas, fundamentais para o fortalecimento do papel das cidades na implementação da Agenda 2030, permitindo a identificação de convergências e prioridades comuns entre os participantes.



# 5.

## MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS



# MATRIZ DE IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

A análise dos debates, painéis e resultados do workshop permitiu identificar que os principais desafios para a implementação da Agenda 2030 nas cidades brasileiras não se concentram apenas na ausência de políticas ou de diretrizes, mas sobretudo na capacidade institucional de transformar metas globais em decisões cotidianas de gestão pública. Os achados do Workshop evidenciam que a implementação dos ODS é um processo sistêmico, fortemente condicionado por fatores como governança intersetorial, financiamento adequado, participação social qualificada, capacidade técnica e leitura territorial das desigualdades.

Nesse sentido, optou-se por construir uma Matriz de Implementação dos ODS a partir dos principais elementos observados ao longo do evento em quatro dimensões analíticas: capacidades instaladas, gargalos estruturais, alavancas estratégicas e riscos sistêmicos. Essa abordagem permite superar análises meramente diagnósticas, oferecendo uma leitura orientada à ação, capaz de apoiar gestores municipais, redes intermunicipais e parceiros institucionais na definição de prioridades, no fortalecimento de capacidades locais e na aceleração da implementação dos ODS em nível municipal, com atenção especial às desigualdades territoriais e à justiça climática.





## PERGUNTA GUIA

O que hoje impulsiona a implementação dos ODS nas cidades?

Quais fatores ainda limitam a incorporação dos ODS à gestão pública?

Onde estão as principais oportunidades para acelerar os ODS?

Quais fatores externos ou contextuais podem comprometer os avanços?



## DIMENSÃO ANALÍTICA

Capacidade Instalada

Gargalos Estruturais

Alavancas Estratégicas

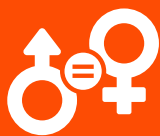
Riscos Sistêmicos



## PRINCIPAIS ELEMENTOS IDENTIFICADOS

- ▶ Existência de plataformas participativas e experiências consolidadas de engajamento social
  - ▶ Iniciativas municipais reconhecidas em inovação territorial e planejamento baseado em dados
  - ▶ Inserção dos municípios em redes nacionais e internacionais de cooperação (ex.: ICLEI, C40, CNCA)
  - ▶ Reconhecimento crescente da centralidade da equidade, da justiça climática e da transversalidade dos ODS
- 
- ▶ Baixa transversalidade institucional e fragmentação entre secretarias
  - ▶ Subfinanciamento estrutural dos municípios e entraves burocráticos
  - ▶ Descontinuidade administrativa entre gestões
  - ▶ Linguagem técnica pouco acessível e baixa apropriação social da Agenda 2030
  - ▶ Fragilidade dos mecanismos de participação cidadã estruturada
- 
- ▶ Expansão e qualificação da participação digital e territorial
  - ▶ Parcerias estruturadas com universidades, centros de pesquisa e sociedade civil
  - ▶ Ampliação de infraestrutura verde-azul e soluções baseadas na natureza (SBN)
  - ▶ Formação técnica continuada das equipes municipais
  - ▶ Aperfeiçoamento de diagnósticos territoriais integrados e orientados por indicadores
- 
- ▶ Aprofundamento das desigualdades territoriais e sociais
  - ▶ Intensificação de eventos climáticos extremos
  - ▶ Descontinuidade política e institucional
  - ▶ Resistência à inovação e à cooperação intersetorial
  - ▶ Limitações técnicas e operacionais de municípios de pequeno porte





# 6. ■ CONSIDERAÇÕES FINAIS



# CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do workshop “As cidades e os desafios de implementação das metas dos ODS” evidenciaram a importância dos municípios como protagonistas da implementação da Agenda 2030 no Brasil. As discussões mostraram que, embora muitas cidades já tenham experiências relevantes e inovadoras, ainda existem desafios importantes, como a falta de recursos, as desigualdades entre os territórios e a necessidade constante de fortalecer as capacidades técnicas das equipes públicas.

A metodologia apresentada nesta cartilha foi pensada para ser prática, participativa, fácil de adaptar, podendo ser aplicada por municípios de diferentes portes e realidades, respeitando suas características locais, prioridades e capacidades institucionais. Essa flexibilidade permite que cada cidade utilize o método de acordo com seu contexto, avançando na implementação dos ODS de forma gradual e consistente.

Ao combinar conteúdos técnicos com diálogo, troca de experiências e construção coletiva, a abordagem ajuda a transformar os compromissos da Agenda 2030 em ações concretas, conectadas às políticas públicas dos territórios. Mais do que registrar aprendizados, esta cartilha busca apoiar gestores e equipes técnicas no dia a dia, estimulando a cooperação entre setores e a construção de soluções integradas que são essenciais para a territorialização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Ao conectar pessoas, experiências e ferramentas, o processo aqui apresentado aponta caminhos possíveis para acelerar a implementação da Agenda 2030 nas prefeituras, com foco na justiça social, na resiliência climática e no desenvolvimento sustentável e inclusivo — sempre a partir do protagonismo dos municípios.

